

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 12 • 1993

DIRECTOR
A. M. HESPAÑHA

REDACÇÃO

Ávaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CEHCP-
-ISCTE); António M. Hespanha (ics); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião
(FLL); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ics); Luís Krus
(FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre
Lousada (FLL); Nuno Gonçalo Monteiro (ics); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ics);
Valentim Alexandre (ics); Vítor Serrão (FLUC); Secretária da Redacção: Dulce Freire

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

Na capa: *Brasão da casa dos Marquesses de Távora*

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Fotolitos e impressão da capa: Joerna - Artes Gráficas

Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: 10 de Dezembro de 1993

Depósito Legal: 49152/91

ISSN 0871-7486

ISBN 972-8081-16-2

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 - P 1000 Lisboa

Telefones: 795 51 40 (6 linhas)

Fax: 796 97 13

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º - P 1200 Lisboa
Serviços Comerciais: Av. Júlio Dinis, 6C-4º D

Telefone: 795 51 40 • Fax: 796 97 13

O Jornalista e o Historiador: Aproximações e Diferenças*

António Reis

FCSH da Universidade Nova de Lisboa

«A leitura do jornal é a oração matinal do homem moderno»

Hegel

As novas orientações da história e do jornalismo contemporâneos, com a primeira cada vez mais atenta ao passado mais recente e o segundo aos contextos temporais dos grandes acontecimentos da actualidade ou a factos significativos desse passado recente ainda mal conhecidos ou divulgados, parecem correr o risco de entrarem numa rota de colisão. Estará o historiador, ao debruçar-se sobre o acontecimento ainda vivo na memória dos seus leitores, por vezes mesmo coetâneo, a invadir esse presente que parece ser coutada do jornalista? Analogamente, ao mergulhar num passado mais ou menos recente, movido pela curiosidade da revelação de algo até então desconhecido ou pela necessidade de melhor contextualizar e interpretar a actualidade, estará o jornalista a invadir a coutada do historiador? Questões estas tanto mais oportunas quanto é certo termos vindo a assistir ultimamente em Portugal a exemplos de historiadores contemporâneos que não hesitam em prolongar o seu trabalho narrativo-interpretativo até ao presente (o *Portugal Contemporâneo* que dirigi para as Publicações Alfa não receia atingir o próprio ano de 1992!), bem como de jornalistas que ousam investigar períodos da nossa história deste século (veja-se o caso da série de programas da RTP sobre a «geração de 60» e da reportagem recente sobre o assassino do general Delgado, aliás, esta última, desencadeando fortes reacções críticas).

Como distinguir, nestas condições, o olhar do jornalista do olhar do historiador? O que os aproxima e os distancia? Como, eventualmente, cruzar esses dois olhares sem os confundir?

É essa reflexão que aqui me proponho levar a cabo. Uma reflexão que pretende ir mais longe, porém, do que a simples — e sem dúvida também necessária — abordagem da imprensa ou dos *media* como fonte, objecto ou factor de mudança da história, ou da descoberta histórica como acontecimento a inserir na cadeia noti-

ciosa. Uma reflexão que assenta, em última análise, na verificação de dois fenómenos decisivos na nossa contemporaneidade:

— o fim do mito positivista de uma história e de um historiador afastados do presente ou do passado mais recente como objecto ou como condicionante do seu trabalho de investigação, e obrigatoriamente imersos num passado tanto mais respeitável quanto mais remoto.

— a mundialização da informação na sociedade contemporânea, com a irrupção do jornalista como agente privilegiado do processo de transmissão/criação do acontecimento.

Com efeito, nas últimas décadas, o historiador tem vindo a ultrapassar os temores da abordagem daquilo a que já chamei o «passado mais presente ou menos passado»¹ cada vez mais convicto da relatividade e da artificialidade da tradicional fronteira entre passado e presente. Não era Paul Veyne — no entanto ele próprio um notável historiador da Antiguidade —, que se interrogava «por que é que um estudo sobre Auxerre em 1950 seria menos histórico que um estudo sobre Auxerre em 1850?»

Por seu lado, o jornalista assume-se cada vez mais como o rei e o senhor da sociedade de comunicação intensiva e generalizada da época pós-industrial, que gravita em torno de meios audiovisuais em proliferação crescente. Estes, pela dimensão espectacular que lhes é própria, mais do que simples transmissores de notícias sobre factos do real, erigem-se como fabricantes em imagem desses mesmos factos, numa segunda dimensão recriada em estúdio e que tende a impor-se ao real. O acontecimento já não é muitas vezes aquilo que ocorre, mas aquilo que o próprio jornalista, mais ou menos espectacularmente, fabrica. E com tal processo é a própria história que fica em causa.

Estarão, pois, jornalistas e historiadores condenados a disputar o mesmo terreno numa situação estranhamente concorrencial?

Para respondermos a esta interrogação, vamos debruçar-nos, *em primeiro lugar*, sobre os objectos ou domínios de trabalho ou intervenção de uns e outros, para, nomeadamente, nos apercebermos dos diferentes critérios de selecção dos factos e da diferente função que o *acontecimento* desempenha para cada um deles. *Em segundo lugar*, procuraremos comparar os respectivos métodos de trabalho. *Em terceiro lugar*, veremos as proximidades e especificidades de linguagem, do discurso e do estilo que empregam. *Em quarto lugar*, interrogar-nos-emos sobre a função e o prestígio social de um e do outro, e particularmente sobre o tipo de poder e de relação com o poder que cada um deles encarna. *Por último*, concluiremos com uma breve reflexão sobre os contributos recíprocos de que historiador e jornalista podem beneficiar para o aperfeiçoamento do respectivo trabalho.

1. Já vimos como a tradicional distinção entre passado e presente deixou de ser operacional para diferenciar os domínios de actuação do historiador e do jornalista. Nem o historiador se encontra proibido de lançar o seu olhar profissional próprio

sobre o «passado mais presente» ou mais recente, quiçá mesmo sobre a própria actualidade mais estrita, nem o jornalista se pode dispensar de, em muitos casos, enquadrar a notícia e os factos da actualidade no seu contexto histórico e investigar factos desse passado porventura menos esclarecidos, para além de tender cada vez mais a ser ele próprio quem confere aos acontecimentos do hoje o seu selo histórico, como exemplarmente mostrou Pierre Nora no seu célebre ensaio «O regresso do acontecimento»³.

É então no modo particular como historiador e jornalista olham o presente e o passado e os relacionam que teremos de buscar as suas diferenças específicas. E aí creio que poderemos detectar atitudes vincadamente distintas. Correndo embora o risco de as catalogar de forma algo rígida, julgo poder afirmar sinteticamente que enquanto o historiador parte duma atitude *selectiva dos factos essenciais que potenciam consequências significativas a prazo*, os relaciona numa atitude *contemplativa do real como um todo*, para chegar a uma atitude *compreensiva dos conjuntos e estruturas em que se inserem*, o jornalista parte duma atitude *selectiva apenas do que nesse todo se apresenta com carácter de novidade e interesse geral imediato* para o grande público consumidor do presente, procurando depois *interpretá-lo* como elo de uma cadeia de factos/acontecimentos anteriores inseridos em sucessivas conjunturas.

Ou seja, o historiador tem como destinatário *um leitor/público sempre pensado como posterior* aos factos/acontecimentos/conjuntos relatados, relacionados e interpretados, quer ele se debruce sobre o passado mais distante ou o passado mais próximo e *à la limite* mais presente. O destinatário do jornalista é, pelo contrário, um leitor/público sempre estritamente coetâneo dos factos/acontecimentos seleccionados, relatados, relacionados e interpretados. Daí que o horizonte de um e de outro estejam longe de coincidir. O historiador privilegiará o que se afigura ser mais perene, mais sólido, mais profundo, como se tivesse dado um salto de um século para o futuro e observasse daí retrospectivamente o seu presente de agora. O jornalista está condicionado pelas inexoráveis leis do mercado que o obrigam a trabalhar para o leitor de hoje, com a sua sede de novidade imediata, independentemente do grau de essencialidade e perenidade dessa novidade. Não lhe poderemos, por isso, pedir uma preocupação de permanente hierarquização da importância afinal de contas *histórica* dos acontecimentos/notícias. No jornal ou no telejornal, o efémero, o frágil, a espuma da superfície, muitas vezes levarão a palma ao perene, ao sólido, às águas profundas, que frequentemente nem sequer serão notícia ou, por ironia, só o serão quando o historiador vier a revelar mais tarde a sua importância. Por isso o jornalista convive melhor com o caos dos acontecimentos que se sucedem, se anulam ou se interpotenciam, se igualizam por vezes, do que o historiador, cuja preocupação última é, como mostrou José Mattoso, a busca duma ordem nesse caos, através do «estudo do passado em grandes planos, para encontrar as razões profundas dos movimentos colectivos», num acto simultâneo de análise e síntese, distinção e composição⁴.

Em suma, o jornalista tenderá a privilegiar a descrição e a narração do elemento, da conjuntura, do particular; o historiador concentrará os seus esforços na definição do conjunto, na reconstrução da estrutura, na contemplação do universal. O jornalista é o narrador/comunicador do *instante*, ainda quando historicamente contextualizado. O historiador é o narrador/comunicador do *tempo* (curto, médio ou longo), ainda quando despoletado pelo acontecimento do presente.

E aqui tocamos no fulcro da questão. Qual de facto a importância do acontecimento para o historiador e como poderá ele resistir ao monopólio que o jornalista parece hoje exercer sobre aquele? Pierre Nora analisou exemplarmente esta questão, pelo que me limitarei a relembrar as suas teses essenciais.

As novas tecnologias da informação e a descolonização democratizaram o acontecimento no espaço e no tempo: ele hoje está por todo o lado e neste exacto instante e não apenas no passado da civilização ocidental. Os *mass-media* converteram-se, entretanto, nos únicos produtores do acontecimento, na condição mesma da sua própria existência (como o caso Dreyfus, a rádio entre as duas guerras mundiais e o Watergate já prenunciavam). O acontecimento é fabricado sem a intervenção do historiador e com a participação directa e afectiva das massas. E é imposto do exterior antes do trabalho do tempo. O vivido imediato é assim promovido a histórico/lendário. A raridade do acontecimento «natural» tende a ser substituída pela proliferação do acontecimento «artificial», fabricado à medida das necessidades dos *media*. Hoje passámos de um estado de subinformação crónica a um estado de sobre-informação perpétua. Que papel resta então ao historiador neste mundo dominado pela proliferação do acontecimento fabricado pelos *media*?

Nora propõe que o historiador proceda do seguinte modo em relação ao acontecimento:

- sublinhe nele a parte do *não factual*, e o transforme no lugar temporal e neutro da emergência de um conjunto de fenómenos sociais, surgidos das profundezas.
- descubra o que o acontecimento revela, mais do que aquilo que traduz, e o que provoca, mais do que aquilo que é.
- encare-o como o encontro de várias séries causais independentes.
- desuna as significações nele reunidas a fim de chegar à evidência do sistema em que se insere.

Em suma, a missão do historiador seria a de «fazer conscientemente surgir o passado no presente [do acontecimento], em vez de fazer inconscientemente surgir o presente no passado»⁵.

Comentando estes pontos de vista, Jacques Le Goff, por seu turno, viria reconhecer a necessidade de o historiador revalorizar o acontecimento num mundo dominado pelos *media*, atribuindo-lhe uma «fecundidade própria» que não deve ser menosprezada⁶. Mas atenção: o acontecimento não cria por si a mudança histórica, evidencia-a, manifesta-a mas não a cria (como na historiografia positivista tradicional e num certo jornalismo de hoje). Não nos devemos, pois — diz Le Goff —, deixar «hipnotizar pelo acontecimento como criador da mudança»⁷. O acontecimento é

antes e sobretudo um revelador e um acelerador da mudança, e, como tal, um unificador de evoluções até então isoladas umas das outras, à semelhança do que se passa numa reacção química⁸.

Não basta, porém, a nosso ver, que o historiador assuma perante o acontecimento uma atitude diferente da do jornalista, enquadrando-o e interpretando-o de modo a um tempo mais amplo e profundo e sem cair na tentação de o tomar como criador da mudança. É preciso também que esteja cada vez mais atento ao que pode haver de artificial e ilusório no acontecimento *fabricado* pelos *media*, aplicando-lhe implacavelmente tudo quanto aprendeu em matéria de «crítica das fontes». Há uma «crítica da razão jornalística» a fazer num mundo dominado pela concorrência dos *media* e pela velocidade da informação e conseqüente redução de tempo de verificação e reflexão sobre o seu conteúdo. É o que nos mostra Albert du Roy no seu recente livro *Le Serment de Théophraste*⁹. Significativamente, aliás, o *Nouvel Observateur* publicava em 15/10/92 um *dossier* subordinado ao título «Les journalistes sont-ils des menteurs? Enquête sur une profession qui a mauvaise presse»...

Revalorizemos o acontecimento, pois, mas na base de uma *crítica* do acontecimento, que o impeça de extravasar dos limites da experiência possível, à boa maneira kantiana.

Seria a este propósito extremamente instrutivo comparar o trabalho do jornalista que anualmente monta um programa de informação televisivo ou organiza uma peça de imprensa com o balanço dos acontecimentos do ano, com o trabalho do historiador sobre esse mesmo conjunto de acontecimentos. E quem diz balanço do ano dirá balanço da década ou até do século. Chegaríamos então à conclusão de que a História está longe de se escrever como uma soma de balanços do ano, ou da década...

Porque tanto os contornos como o encadeamento e a função dos acontecimentos obedecem a visões diferentes, consoante estejamos na presença dum trabalho de jornalista ou dum trabalho de historiador. É que os métodos utilizados, ainda que apresentem alguns elementos comuns, partem de exigências e preocupações distintas.

2. Com efeito, entre a selecção pelo historiador dos factos/acometimentos (que, como vimos, já de si obedece a critérios próprios) e a criação do texto histórico, não medeia apenas a fase de investigação no terreno guiada pela atitude imaginativa e perspicaz de quem procede a uma aventura exploratória, como acontece também no trabalho jornalístico: o historiador é, além disso, o praticante de uma *ciência* da sociedade. Como tal, não pode prescindir da *atitude conceptualizante*, ou seja, de recorrer a um conjunto de modelos/conceitos (já aperfeiçoados por outras ciências humanas) que «determinam a hierarquia dos fenómenos, as suas relações teóricas, as suas funções e a sua articulação», como «fios condutores que sugerem os elementos a procurar e propõem hipóteses interpretativas, cujo fundamento e solidez terá de se verificar com o material empírico»¹⁰.

É certo que esta atitude conceptualizante, quando levada ao extremo, pode até converter a história num discurso estrutural situado (à maneira de Foucault ou

Bourdieu), com o esbatimento da sua dimensão narrativa, colocando-a então nos antípodas da narrativa jornalística e, porventura, até, da própria narrativa histórica, tal como a concebemos. Mas não é menos certo que nenhuma história narrativa pode prescindir do momento conceptualizante se quiser escapar à maldição positivista.

O historiador positivista tendia a ser, afinal de contas, o jornalista especializado na reportagem do passado, não só por privilegiar o acontecimento como criador da mudança, mas também por descurar ou subalternizar a atitude conceptualizante. O historiador não positivista, esse distingue-se do jornalista da actualidade presente, mesmo quando sobre esta exerce o seu múnus, porque encara o acontecimento de outro modo e o trabalha em função de modelos e conceitos. E se ao jornalista compete também um certo trabalho de interpretação do acontecimento, fá-lo mais facilmente em função da relação com outros acontecimentos, do que pelo recurso a um sistema de modelos/conceitos fabricados na área das ciências humanas. Ou então fá-lo-á por recurso afinal de contas à própria história! E havendo mais que uma interpretação para os acontecimentos que relata, não é seu dever em primeira linha fornecê-los todos ao leitor — sem necessariamente ter de optar por uma, como o historiador se esforça por fazer — para que seja o leitor a formar, em última análise, a sua própria opinião¹¹?

3. Esta diferença de fundo entre o método historiográfico e o método jornalístico não impede de reconhecer a proximidade que, a nosso ver, deve existir entre outros dois dos seus momentos (que poderíamos designar por «formais»): o momento imaginativo da aventura exploratória no terreno da investigação dos factos a exigir idêntica perspicácia e habilidade na interrogação e na busca de indícios significativos, e o momento comunicativo do discurso escrito que, em ambos os casos, deve obedecer a parâmetros de rigor, isenção, clareza, sobriedade e simplicidade.

Com efeito, tanto o historiador como o jornalista ganham com um estilo narrativo que não abuse do plano imóvel da descrição dos pormenores, antes flua naturalmente, dando conta do movimento da acção ou de evolução das situações. Tal não impede, porém, que o discurso do jornalista seja mais telegráfico e que o discurso do historiador busque um maior rigor demonstrativo, uma mais vasta variedade de registos e uma mais acentuada coerência formal, em consequência, como é óbvio, da maior complexidade do objecto/domínio que lhe é próprio¹². Sem com isso cair, como avisadamente nos adverte José Mattoso, nos vícios do academismo, do enciclopedismo e da retórica¹³.

4. Posto isto, interroguemo-nos sobre a função, o prestígio social e o tipo de poder e de relação com o poder que jornalista e historiador detêm nos tempos que correm.

Jacques Le Goff, na entrevista que já aqui referimos, dá-nos conta de um certo declínio do poder e do prestígio do historiador relativamente ao que terá sido o seu período áureo: o século XIX, o século dos nacionalismos europeus para os quais o discurso sobre o passado histórico desempenhava um papel estratégico primordial. Para logo reconhecer que hoje é mais o público do que o poder político a conferir

prestígio ao historiador, como se poderá deduzir da redução da importância da disciplina de história nos *curricula* escolares¹⁴. O acesso do historiador aos *media* torna-se assim condição decisiva para a defesa do seu prestígio e, conseqüentemente, da sua independência crítica perante o poder político.

Mas quando se sabe que a independência dos *media*, particularmente audiovisuais, em relação ao poder político nem sempre é um dado adquirido, corremos um duplo risco: o da marginalização do historiador independente, e o da instrumentalização do historiador que se mostre disposto a colaborar com o poder. A escolha pelo jornalista televisivo do historiador que vai entrevistar para melhor esclarecer ou enquadrar uma notícia (seja a comemoração duma efeméride, seja um facto da actualidade), raramente será uma escolha inocente. Frente ao poder político e ao poder dos *media*, o historiador é um ser frágil — como o é, cada vez mais, o intelectual de hoje em geral, seja ele filósofo, escritor, artista ou cientista —, em flagrante contraste com o jornalista, esse senhor do quarto poder que, numa sociedade democrática aberta, pode fazer tremer o poder político, quando não é por este inteiramente controlado. A força do historiador advém-lhe, apenas, da maior ou menor necessidade social da sua palavra, uma necessidade que mergulha no desejo profundo do ser humano de busca da identificação das suas raízes como membro de um todo comunitário, seja este o seu concelho, a sua região, a sua nação, o seu continente ou o seu planeta. E é na exacta medida em que tanto políticos como jornalistas não podem ignorar essa necessidade e esse desejo, que o historiador pode ver garantidos os seus direitos de cidade e mesmo reforçá-los através do talento que demonstrar.

5. Concluamos estas breves e quase telegráficas considerações com uma reflexão sobre os contributos recíprocos que historiador e jornalista podem dar para o aperfeiçoamento do respectivo trabalho. Uma prevenção desde já, porém: longe de nós a ideia de instigar o historiador a vestir a pele do jornalista, e vice-versa. Corríamos o risco de transformar a história num falso jornal de actualidades do passado (como o *Diário da História de Portugal* de José Hermano Saraiva e Maria Luísa Guerra) e o jornal num amontoado de ensaios historiográficos que o tornariam invendável no dia seguinte... Seria, de certo modo, um regresso ao século XIX com a recaída no positivismo histórico agora aplicado ao presente e o jornal de novo nas mãos de intelectuais, escritores, políticos ou historiadores...

Felizmente, tanto o historiador como o jornalista têm vindo no último século a delimitar melhor os respectivos campos de acção e métodos de trabalho, como tentámos até aqui mostrar. Mais, é um dado irreversível e em si mesmo positivo a autonomização do jornalista profissional em relação ao político, ao literato, ao intelectual, ao historiador. O que é preciso hoje em dia é evitar que uma tal autonomização, levada ao extremo, faça com que jornalista e historiador se percam de vista um do outro. O jornalista compreenderá tanto melhor os factos de um presente — que lhe cumpre noticiar, não apenas num acto de reprodução mecânica, mas num acto de análise e síntese minimamente interpretativo — quanto melhor estiver apegado no plano historiográfico. Aumentará assim a sua capacidade de resposta a

solicitações de evocação ou cobertura de acontecimentos ou de entrevistas, debates ou programas que envolvam uma dimensão histórica — e que são afinal os mais importantes. O historiador, esse tem tudo a ganhar com o reforço da atenção ao acontecimento que o jornalista lhe transmite e o desafio — difícil é certo — que os *media* de hoje lhe colocam ao seu trabalho de selecção e destriça do essencial do acessório. Atrever-me-ia mesmo a dizer que há certas técnicas de reportagem e entrevista extremamente úteis para a própria investigação em história contemporânea.

Em suma, e parafraseando a célebre «boutade» de Hegel, poderíamos dizer que a leitura do jornal diário deverá ser a oração matinal do historiador contemporâneo, tal como a leitura de um bom livro de História deverá ser, já não digo a oração matinal, mas, pelo menos, a missa dominical do jornalista de hoje!...

* Com ligeiras modificações, este texto reproduz a comunicação apresentada pelo autor ao congresso «A Imprensa no mundo de expressão portuguesa», na secção «Imprensa e História», Porto, 14-10-92.

- 1 *Portugal Contemporâneo*, vol. I, António Reis (dir.), Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 9.
- 2 Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, Paris, Aubier, 1979, p. 332.
- 3 Pierre Nora, «O regresso do acontecimento», in *Fazer História 1*, Amadora, Livraria Bertrand, 1977, pp. 243-262.
- 4 Cf. José Mattoso, *A escrita da História, teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988, pp. 23 e 19.
- 5 Cf. *op. cit.*, p. 260.
- 6 Cf. entrevista a Francisco Maiello in Jacques Le Goff, *Reflexões sobre a História*, Lisboa, Edições 70, s/d, p. 23.
- 7 *Ibid.*, *ibidem*, p. 25.
- 8 *Ibid.*, *ibidem*, p. 26.
- 9 Albert du Roy, *Le Serment de Théophraste*, Paris, Flammarion, 1992.
- 10 Cf. José Mattoso, *op. cit.*, p. 25.
- 11 Como me observou Mário Mesquita, esta visão do trabalho jornalístico não deve ignorar, no entanto, o facto de haver diferentes níveis de exigência e qualidade na imprensa, bem como diferentes tipos de discurso no jornalismo, incluindo o argumentativo que implica o confronto de teses e opiniões.
- 12 As diferenças de método e estilo que acabamos de assinalar não nos devem fazer esquecer a existência de obras de vulgarização histórica, nomeadamente no domínio da biografia, que se situam a meio caminho entre o trabalho de jornalista e o de historiador. É o caso exemplar das célebres biografias de Jean Lacouture.
- 13 Cf. José Mattoso, *op. cit.*, p. 28.
- 14 Cf. Jacques Le Goff, *op. cit.*, pp. 12-14.